

APRENDIZAGENS DA EXPERIÊNCIA NA AVALIAÇÃO DE FUNDOS EUROPEUS

Aspetos a reforçar na avaliação dos Fundos Europeus

- **Envolver os stakeholders e dedicar tempo à formulação de recomendações em todas as fases do processo avaliativo:**
 - na **fase inicial**, identificando expectativas relativas ao conhecimento que a avaliação possa trazer e utilidade do mesmo para a tomada de decisão.
 - ao **longo do processo avaliativo**, questionando os *stakeholders* sobre recomendações possíveis e elaborando e testando, junto dos *stakeholders*, recomendações que emergem no curso da avaliação.
 - na **fase final** de avaliação, no sentido de testar as recomendações com os *stakeholders*.
- As recomendações devem ser: **claras e compreensíveis** pelos seus destinatários; **fundamentadas e suportadas em evidências**; **relevantes; específicas e acionáveis**; **dirigidas a destinatários precisos**; em **número limitado**; **numeradas**; e **categorizadas**.
- As **entidades responsáveis pela avaliação** devem verificar se as recomendações respeitam os requisitos necessários.
- Sempre que seja possível aos avaliadores, devem ser indicados **os requisitos (p.e. custos, pressupostos...)** para que as recomendações possam ser implementadas.
- As recomendações podem incidir não só nas dimensões relacionadas com o desenho, governação e implementação, mas também no **desenvolvimento de conhecimento em áreas que a avaliação tenha encontrado lacunas** (p.e. indicadores).

O Plano Global de Avaliação do Portugal 2030 tem associada uma coleção de documentos de apoio à sua implementação intitulada “**Guias de apoio à implementação do Plano Global de Avaliação do Portugal 2030 (PGA PT2030)**”.

Estes guias encontram-se subdivididos em três grupos:

- **Modelos de especificações técnicas;**
- **Instrumentos de apoio ao acompanhamento das avaliações;**
- **Da teoria à prática de avaliação de políticas públicas.**

Este folheto é uma síntese do guia **Recomendações**, enquadrando-se neste último grupo. O guia completo (e todos os guias desta coleção), pode ser consultado no website da AD&C.

Estes guias resultam de uma consulta bibliográfica e da experiência de avaliação de políticas públicas no âmbito dos Fundos Europeus.

Da teoria à prática da Avaliação de Políticas Públicas

RECOMENDAÇÕES

Coleção: Guias de apoio à implementação do Plano Global de Avaliação do Portugal 2030 (PGA PT2030)

versão draft
26.06.2024

ATIVIDADES A DESENVOLVER

1. Determinar a natureza das recomendações esperadas na fase de concepção da avaliação

Fazer perguntas prévias sobre as recomendações esperadas pode contribuir para a clarificação do foco e do objetivo de uma avaliação, antes de se proceder à recolha de dados.

2. Refletir e elaborar recomendações ao longo da avaliação

O processo de elaboração de recomendações ocorre desde o início da avaliação. Dedicar tempo a esta atividade ao longo da avaliação é fundamental.

3. Analisar os resultados da avaliação (*findings*) e outras fontes credíveis na elaboração das recomendações

Para além dos resultados e das conclusões da avaliação, principais suportes das recomendações, outras fontes podem fornecer informação relevante como, por exemplo, a literatura, estudos anteriores, modelos lógicos, necessidades do público-alvo e opiniões das partes interessadas.

4. Envolver as partes interessadas na elaboração das recomendações

É importante incluir e trabalhar de forma aberta e transparente com as partes interessadas, de forma a aumentar a pertinência e exequibilidade do que está a ser proposto, a sua compreensão e aceitação e a probabilidade de uma implementação bem-sucedida.

Os *stakeholders* não devem ser surpreendidos pelas recomendações no final da avaliação.

5. Analisar os contextos em que as recomendações se devem enquadrar

É necessário considerar o contexto específico em que as recomendações serão implementadas, uma vez que o que funciona num contexto pode não ser eficaz noutro.

6. Reunir com os stakeholders para discutir e rever, na sua forma final, as recomendações elaboradas

Esta pode ser uma oportunidade para que as recomendações sejam plenamente compreendidas e refinadas em termos de ações concretas a desenvolver.

RECOMENDAÇÕES

Conceito

As recomendações são **sugestões** ou **propostas de ação** ancoradas nos resultados e nas conclusões das avaliações, suportadas em evidências, sobre as questões-chave abordadas nessas avaliações.

Baseiam-se, deste modo, na análise dos dados recolhidos durante o processo de avaliação e nos juízos avaliativos produzidos.

Funções

As recomendações podem contribuir para:

- Reforçar a relevância, a coerência, a eficácia, a eficiência, o impacto e/ou a sustentabilidade de uma intervenção.
- Perceber como o risco de insucesso pode ser reduzido e, no limite, perceber se a intervenção deve ou não ter continuidade.
- Resolver os pontos fracos de uma intervenção e/ou desenvolver os seus pontos fortes. Podem incluir sugestões (por vezes inovadoras) para melhorar a concepção, a implementação, a monitorização e a avaliação da mesma.
- Ajudar a informar a tomada de decisão.
- Reforçar a transparência do processo de decisão e a responsabilização dos *stakeholders* envolvidos.

Aplicações

Solicitar a formulação de recomendações do avaliador é uma opção de quem encomenda a avaliação.

Apesar de, na maioria das vezes, ser pertinente solicitar recomendações nas avaliações, existem circunstâncias que podem desaconselhar a existência de recomendações, que se prendem sobretudo com a natureza da avaliação e as características do avaliador.

ATRIBUTOS A GARANTIR

1. Recomendações que se distingam dos resultados e das conclusões.
2. Recomendações com especificação da sua justificação e das suas fontes de informação.
3. Recomendações realistas.
4. Recomendações que conduzam a melhorias incrementais em alternativa a mudanças estruturais.
5. Recomendações que explicitem as implicações futuras da sua implementação - potenciais custos e benefícios e desafios.
6. Recomendações com várias opções para atingir os resultados desejados.
7. Recomendações específicas.
8. Recomendações com uma linguagem clara e fáceis de compreender pelos decisores.
9. Recomendações redigidas com sensibilidade interpessoal e política.
10. Recomendações categorizadas por tipo, foco, *timing*, público, prioridade.
11. Recomendações definidas em moldes monitorizáveis.

